

**DOS MOVIMENTOS E DO CORPO-  
TERRITÓRIO: GRAMÁTICAS  
ORIGINÁRIAS PARA PENSAR AS  
GEO-GRAFIAS NO/DO FEMININO**

*OF MOVEMENTS AND BODY-  
TERRITORY: NATIVE GRAMMAR TO  
THINK ABOUT GEO-GRAPHIES IN/OF  
THE FEMININE*

*SOBRE LOS MOVIMIENTOS Y EL  
CUERPO-TERRITORIO: GRAMÁTICAS  
ORIGINARIAS PARA PENSAR LAS GEO-  
GRAFÍAS EN/DESDE LO FEMENINO*

Victoria Ferreira Oliva  
Universidade Federal Fluminense  
Mestranda em Geografia  
E-mail: [victoriaferreiraoliva98@gmail.com](mailto:victoriaferreiraoliva98@gmail.com)

Ginno Pérez  
Universidade Federal Fluminense  
Doutorando em Geografia  
E-mail: [drilopez84@gmail.com](mailto:drilopez84@gmail.com)

Willian Silva da Rocha  
Universidade Federal Fluminense  
Doutorando em Geografia  
E-mail: [willianrocha@id.uff.br](mailto:willianrocha@id.uff.br)

**Resumo:**

Este artigo é fruto de diálogos com diferentes Movimentos Sociais latino-americanos e, além disso, de diferentes matrizes filosóficas que abordam o tema na Geografia. Seu objetivo geral é a conceitualização do que historicamente as ciências sociais trataram enquanto Movimentos Sociais, desde o surgimento do conceito no século XIX ao período de recente insurgência indígena-camponesa-feminina no continente latino-americano. Nossa base metodológica parte do marxismo-leninismo até o chamado Giro eco-corpo-territorial, materializado no conceito de Corpo-Território. O artigo tem como base dados de campo, diálogo com lideranças político-comunitárias e discussões teóricas. Concluimos que é fundamental para a compreensão dos Movimentos Sociais a realidade espaço-temporal em que esses sujeitos se organizam. Além disso, nota-se uma fase de supressão da dimensão espacial no contexto da globalização que, no caso latino-americano, a fundamental base territorial foi resgatada.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Sociedades em Movimento, Giro eco-corpo-territorial, Pensamento De(s)colonial.

**Abstract:**

This article is the result of dialogues with different Latin American Social Movements and different philosophical matrices that approach this subject in Geography. Your main objective is the conceptualization of what the social sciences have historically dealt as Social Movements, from the rise of the concept in the 19th century to the recent indigenous-peasant-female insurgency on Latin America. Methodologically speaking, our base starts with Marxism-Leninism until the so-called eco-body-territorial turn, materialized in the concept of Body-Territory. The article is based on field data, dialogue with political-community leader's and theoretical discussions. We conclude that it's essential for the understanding of Social Movements the space-time reality in which these subjects are organized. Furthermore, we've noted a phase, in the context of globalization, where the spatial dimension was deleted from the Social Movements debate, but it's territorial base was recently rescued in the Latin American case.

**Keywords:** Social Movements, Societies in Movement, Eco-Body-Territorial turn, Decolonial thinking.

**Resumen:**

Este artículo es resultado de diálogos con diferentes Movimientos Sociales latinoamericanos, así como de diferentes matrices filosóficas que trabajan el tema dentro de la Geografía. Su objetivo general es la conceptualización de lo que históricamente las Ciencias Sociales trabajaron sobre los Movimientos Sociales, desde la aparición del concepto en el siglo XIX hasta tiempos actuales de la insurgencia indígena-campesina-femenina en el continente latinoamericano. Como base metodológica, partimos desde el marxismo-leninismo hasta el llamado giro eco-cuerpo-territorial, materializado en el concepto del Cuerpo-Territorio. Este artículo tiene como base: datos de campo, conversaciones con líderes y líderes políticas-comunitarias y debates teóricos. Inferimos que es crucial, para la comprensión de los Movimientos Sociales, la realidad espacio-temporal en los que esos actores se organizan. Además, se observó que hay una fase de supresión de la dimensión espacial dentro del contexto de la globalización que, en el caso latinoamericano, rescató la base territorial como fundamental.

**Palabras-clave:** Movimientos Sociales, Sociedades en Movimiento, Giro eco-cuerpo-territorial, Pensamiento De(s)colonial.

## Introdução

Este artigo, um trabalho a seis mãos, é fruto de diálogos com diferentes movimentos sociais latino-americanos e, além disso, de diferentes matrizes filosóficas que abordam o tema na Geografia. Seu fio condutor é a conceitualização do que historicamente as ciências sociais trataram enquanto Movimentos Sociais, desde o surgimento do conceito no século XIX ao período de recente insurgência indígena-camponesa-feminina em nosso continente. Estas novas/velhas sujeitas alargaram o entendimento do conceito, fazendo com que as pesquisas em nosso campo abordassem tais experiências com e a partir de, e não sobre.

Sem embargo, os movimentos sociais tomaram em suas mãos a tarefa intelectual que, outrora, achava-se presa nas mãos pequeno-burguesas dos cientistas sociais. A partir dessa tomada de consciência, e do protagonismo na produção intelectual, surgiram novas ferramentas do pensar fundidas com estilhaços dos conceitos mais engessados da literatura clássica sobre o tema. É a partir dessa virada epistêmica que estarão ancoradas as reflexões que se seguem.

Nossa opção metodológica parte do marxismo-leninismo, acreditando ser uma corrente de importante relevância na produção sobre o tema, além de definições clássicas do conceito. Este resgate histórico tem como objetivo apontar as principais mudanças que se teve no campo das humanidades acerca dos movimentos sociais. Além disso, indica alguns limites e possibilidades do conceito, visto que as produções clássicas e suas definições não enxergavam diferentes tipos de potências revolucionárias para além das experiências europeias.

Partindo de um outro espaço-tempo, fruto do encontro colonial, os povos originários e as experiências femininas de nosso continente questionam a colonialidade do saber (LANDER, 2005), presente nas produções conceituais além-mar. Colocando-se em movimento, diferentes coletivos impuseram-se mais incisivamente contra a *violência epistêmica* (SPIVAK, 2010) de tais produções, tensionando um debate necessário para a renovação metodológica das ciências em sua totalidade, questionando, inclusive, os fundamentos que estruturam o *status quo* científico de um saber local que se quer global (MIGNOLO, 2003).

Aproximando tal debate da Geografia, diferentes autores como Porto-Gonçalves (2017a), Barthol (2018) e Haesbaert (2020a) apontam para a necessidade de em nosso campo utilizarmos as pesquisas como ferramentas das resistências, além de construir junto aos movimentos as estruturas que possibilitem uma produção de conhecimento mais ética e comprometida com os grupos sociais, deixando de pensar em *uma* Geografia e sim em Geo-grafias. A Geografia é uma ferramenta de luta (BARTHOL, 2018) e os movimentos sociais são experiências (Geo-grafias) privilegiadas de produção e aprendizado de novos conceitos (PORTO-GONÇALVES, 2020). Em diálogo com tal afirmação, entendemos que o conceito de Corpo-Território captura e exemplifica nosso posicionamento político-intelectual.

Diante de tal contextualização, o artigo está estruturado em três tópicos e, ao final, algumas considerações finais. No primeiro tópico, é feito um resgate das definições clássicas acerca dos movimentos sociais, desde as mais ligadas ao mundo da produção e das experiências nas fábricas europeias até os chamados Novos Movimentos Sociais de meados do século XX; no segundo, é debatido so-

bre o que entendemos enquanto Giro eco-corpo-territorial, alargando o debate sobre Movimentos Sociais a partir das experiências em nosso continente, tendo a matriz territorial, indígena e feminina como a tríade estruturante dos movimentos em *Abya Ayala*; o terceiro tópico trabalha o conceito de Corpo-território entendendo que este materializa os debates anteriores, dando luz a uma reflexão que parte dos movimentos e nos fornece ferramentas mais que potentes para a produção de uma ciência de luta.

### **A ideia limitante de Movimentos Sociais**

Na literatura tradicional, a ideia de Movimentos Sociais surge a partir de um estado de tensão social, fruto de relações desiguais (e contraditórias) de poder na sociedade de classes (PASQUINO, 1998). Juntamente a este processo, pode-se entender que há um estopim que culmina em diferentes formas de ação que tem como objetivo a mudança desse quadro de tensão na sociedade. Daí, até se constituírem enquanto coletivos organizados em movimentos sociais, as manifestações de diferentes naturezas formam apenas Comportamentos Coletivos (PASQUINO, 1998). O que diferencia um Comportamento Coletivo de um Movimento Social é, justamente, o grau de mudanças que este pretende empregar na sociedade.

Surge da oposição Comportamentos Coletivos-Movimentos Sociais uma discussão amparada no caráter espontâneo das manifestações e lutas coletivas, onde se debatia a necessidade de um centralismo dirigente dos levantes das massas, ou uma tática mais voltada para o que hoje entendemos como política de base. A grande dicotomia que permeou o fim do século XIX e o início do século XX ganhou materialidade nas duas maiores potências revolucionárias

deste século, o caso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o caso da República Popular da China.

Diferente dos revolucionários russos, a experiência chinesa, representada na figura de Mao Tse Tung, apostaria nas massas e no setor agrário como motor da revolução social, enquanto os revolucionários russos, seguindo seu programa leninista, apostariam na centralização dirigente do partido e na urbano-industrialização como estratégias revolucionárias (ARRIGHI, 2008). Logo, a ideia de Movimentos Sociais que seguirá como paradigma no primeiro meio do século XX será a da institucionalização, neste caso antagônica ao grande Capital e ao Estado.

Diante desse lócus enunciativo, a produção seria o grande catalisador das ações organizadas da classe proletária contra a classe burguesa, haja visto que as grandes manifestações dos séculos XIX e XX foram originadas pelos operários nas fábricas. Cabe ressaltar que na teoria marxiana, em boa parte de sua vida, Marx defendia que o processo da acumulação primitiva do capital, o qual resultou na força de trabalho como único meio de produção dos trabalhadores, era uma etapa da revolução, chegando a entender o processo de industrialização e proletarização como algo positivo e necessário, pois assim, dialeticamente se alcançaria uma nova etapa do capitalismo, o socialismo, como na passagem que se segue:

Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele [o modo de produção capitalista] engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. (...) Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2017 [1867], p. 831-832, grifo nosso)

Além das forças produtivas da classe dominante, o Estado aparecerá como agente antagônico da sociedade civil, sendo “produto e manifestação do caráter *inconciliável* das contradições de classe” (LÊNIN, 2017 [1918], p. 29, grifo do autor). Assim, caberia à classe proletária a tomada dos meios de produção e comunicação além do próprio Estado, com o objetivo de transformá-lo em um Estado Proletário, até que as formas de opressão de uma classe sobre a outra não fossem mais possíveis. Lênin (2017 [1918]) acreditava que não haveria como findar o Estado instantaneamente, só sendo possível a partir de seu definhamento.

A estratégia leninista parte de um projeto que, levando em consideração o caráter ideológico e a força do capital, é necessário uma organização do movimento para não sucumbir à doutrina burguesa (LÊNIN, 2020 [1902]). Neste caso, verifica-se dois aspectos intrinsecamente conectados da ideia de Movimentos Sociais no período: em primeiro lugar, este caráter espontâneo das mobilizações de massa e a necessidade de um centralismo institucional (partidos, sindicatos, etc.); em segundo lugar, o papel dos intelectuais nas lutas operárias daquele tempo.

Entre aqueles que defendiam a espontaneidade das massas e o caráter consciente dos movimentos, o papel do intelectual — da *intelligentsia* — se insere na luta teórica ao lado das lutas políticas e econômicas (LÊNIN, 2020 [1902]). Um dos grandes aforismos comunistas é a frase de Lênin (2020 [1902], p. 39) “sem teoria revolucionária, não pode haver movimento revolucionário”. Tratando-se da Rússia na transição do século XIX para o XX, o equívoco do autor era acreditar que esta consciência de classe só poderia vir de fora dos movimentos de massa, sendo estes, em si, “forma embrionária” do movimento social consciente (LÊNIN, 2020 [1902]).

É possível verificar que tais debates e definições acerca dos movimentos sociais tem pouco a ver com o que entendemos de seu conceito atualmente, principalmente no caso de grupos e coletivos da América Latina, visto que as análises que conectavam essa definição ao movimento operário e às classes sociais reduziram-se por todo o nosso subcontinente no segundo meado do século XX (GOHN, 2008).

Apesar de entendê-la como uma conceitualização limitante para estes casos, é fundamental demarcar que na literatura clássica sobre movimentos sociais ganha luzes analíticas os fenômenos relacionados às grandes mobilizações do século XIX, imanentes ao processo produtivo e, mais especificamente, à indústria. Todos os modelos da prática política seriam capturados pela lógica tradicional dos partidos políticos, dos sindicatos e das instituições vinculados ao mundo do trabalho, ceifando o melhor entendimento das experiências de lutas sociais de longa duração no continente americano.

Em uma tentativa de esquadrihar melhor o conceito de Movimentos Sociais frente a este caráter espontâneo das mobilizações sociais, pode-se recorrer a Souza (2017) que hierarquizou as práticas sociais para que tenhamos um entendimento mais assertivo do que seria um Movimento Social<sup>1</sup>. Segundo o autor, este seria um subconjunto da categoria Ativismo Social, que, por sua vez, seria um subconjunto da ideia mais generalizada de Ações coletivas (SOUZA, 2017).

Sendo assim, uma ação isolada ou efêmera, ou uma manifestação espontânea em decorrência de um acontecimento específico e localizado, estariam mais ligados a uma Ação Coletiva, uma agitação, próximo à ideia de Comportamento Coletivo supracitada. Por

---

<sup>1</sup> Apesar de uma proposta um pouco engessada, acreditamos que a classificação é interessante para fins didáticos.



sua vez, o Ativismo Social teria uma duração não efêmera, mas também não tão ambiciosa como um Movimento Social que, nas reflexões de Ribeiro (2013), tem uma capacidade de organização e um *projeto*. Sendo assim, diversos autores concordam que um movimento social não se preocupa apenas com a conjuntura de uma determinada situação de conflito/tensão, mas também prevê uma certa mudança estrutural da sociedade (PASQUINO, 1998, GOHN, 2008; RIBEIRO, 2013; SOUZA, 2017).

O acontecer histórico e a expansão dos meios de produção industriais para as colônias fez com que novas ferramentas de propaganda ideológicas capturassem diferentes formações socioespaciais em escala global. Além disso, no campo da Sociologia, muitos autores passam a verificar um problema na doutrina marxista ortodoxa onde a economia e os meios de produção seriam a estrutura para o mundo reprodutivo da sociedade. Max Weber (2004 [1904]), por exemplo, irá fazer uma análise do capitalismo amparado na ideia da necessidade das mudanças culturais como estruturas sociais para as novas formas de trocas de mercadorias e acúmulo no capitalismo mundial. Diante de tal esteira, o paradigma da Revolução marxista passa a ser questionado a partir da década de 1930 com as contribuições de autores como Riesman e Adorno, entendendo que a sociedade teria passado por mudanças culturais significativas, o que faria com que as individualidades sobrepujassem às ações coletivas (ALONSO, 2009).

O pós-II Guerra Mundial e as grandes insurgências de meados do século XX fazem com que estas teorias ganhem novos contornos. Apoiados em levantes populares que traziam para o debate novas pautas, autores com diferentes abordagens analíticas e teóricas passam a valorizar o caráter cultural e identitário das mobiliza-

ções sociais, alargando o entendimento acerca dos movimentos sociais para além das lutas proletárias. Os movimentos sociais insurgentes da década de 1960 trouxeram para o centro do debate epistemológico as questões étnicas, de gênero e de estilos de vida (ALONSO, 2009). É prudente enfatizar duas ideias-chaves neste novo contexto: a ideia de globalização que será desenvolvida a partir das revoluções tecnológicas do período; e a contra-cultura junto ao movimento ambientalista (LEFF, 2015).

Grosso modo passa-se a entender dois tipos de movimentos sociais na literatura clássica: I. os Velhos Movimentos Sociais, ligados essencialmente ao mundo do trabalho e ao movimento proletário. Ou ainda, ligado ao funcionalismo, no âmbito da cultura; II. os Novos Movimentos Sociais, trazendo ao centro de suas demandas questões pós-materiais, em alguns casos de ordem simbólica. (ALONSO, 2009; MEDEIROS, 2012). Neste sentido, os Novos Movimentos Sociais estariam reivindicando aspectos do mundo reprodutivo, ou propriamente do cotidiano. Segundo Medeiros (2012, p. 10), sobre a mudança essencial entre Velhos e Novos Movimentos Sociais,

os conflitos sociais emergentes traziam questões (relações de gênero e de geração, reconhecimento de identidades étnicas, demanda por acesso amplo a direitos sociais e políticos, recusa à guerra, defesa da preservação ambiental etc.) que envolviam outras esferas da vida que não aquelas ligadas diretamente à produção e ao trabalho e não podiam ser traduzidas nem explicadas em termos estritamente classistas.

Para Alonso (2009), os principais difusores do que entende-se por Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) são: Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci. Diferente de outras

correntes que buscavam explicações para os fenômenos do período<sup>2</sup>, “a especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os MS” (ALONSO, 2009, p. 59). Melucci, traz uma importante questão metodológica: “Como um ator coletivo é formado ou quais relações e processos levam os indivíduos a se envolverem *coletivamente* numa ação política?” (ALONSO, 2009, p. 65). Assim, pode-se afirmar que Melucci não parte dos movimentos sociais, mas busca entender os processos que configuram tal unidade. Segundo Medeiros (2012, p. 10), para Melucci “ela se torna ponto de chegada e não de partida para a análise”.

No caso da América Latina, a centralidade de novos atores sociais fará com que haja um certo alargamento dessa dicotomia Velhos-Novos Movimentos Sociais, visto que muitos grupos tradicionais passaram a tomar as rédeas da luta pela sua própria emancipação. São exemplos as lutas das mulheres (feminismos), dos povos indígenas, dos povos tradicionais, dos povos quilombolas, dentre outros grupos que já lutavam há séculos por seus direitos, ao passo que também não se encaixavam necessariamente na classificação simplória de Novos Movimentos Sociais. Calhoun (1995 Apud ALONSO, 2009) dá luz às lutas históricas que estariam sendo mais evidenciadas neste novo momento histórico global. No caso específico da América Latina, seria necessária uma perspectiva a partir de sua própria Formação Social (LÊNIN, 2022 [1894]; SERENI, 2013).

Ao pensarmos a América como acúmulo desigual de tempos (SANTOS, 2012), ou como formações *abigarradas* (ZAVALETA MERCADO, 2013 Apud RIVERA CUSICANQUI, 2018), as teorias sobre movimentos sociais acabam se mostrando limitantes ao se

---

<sup>2</sup> Alonso (2009) aponta três grandes correntes: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

analisar experiências de luta política nesse continente. As teorias que partem de uma perspectiva unilinear da história do mundo, sem considerar as multiplicidades e as diferentes trajetórias dos sujeitos (MASSEY, 2008), fazem com que tal conceito perca densidade analítica ao se pensar diferentes formações socioespaciais. Diante do que está em tela, é necessário partir dos movimentos e não tentar encaixá-los em definições ou conceitos que foram forjados em outros *mundos*. Logo, é preciso uma abordagem a partir dos conceitos e categorias construídas em *nuestra américa*.

### **Movimento e horizonte de vida: a ascensão da organização camponesa-indígena comunitária e o Giro Eco-Corpo-Territorial**

Partindo da ideia que a *nuestra América / Abya Ayala* teve como base a sua formação social *abigarrada* ou *chi'xi*, vamos tentar esboçar alguns caminhos que os movimentos sociais têm seguido nos últimos quarenta anos. Considerando, também, a ideia que os movimentos sociais têm se movimentado ou, parafraseando ao Zibechi (2020), virando sociedades “outras” em movimento. Para isso é preciso começar apontando que, se nas décadas de 1970 e 1980 os movimentos sociais foram se organizando a partir das lutas urbano-indústrias (ancorados no método marxista-leninista de organização), o final do século XX e o início do século XXI vão ter um giro epistêmico, político e territorial na organização das lutas.

Svampa (2010) nos diz que o começo desse giro pode ser datado no ano de 1994, quando no estado de Chiapas (sul do México) o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) levantou-se:

El **zapatismo**, como es reconocido, fue no sólo el primer movimiento de estas características en América Latina, sino también el **primer movimiento contra la globalización neoliberal**, que influyó fuertemente en los grupos y colectivos alter-globalización que se estaban gestando tanto en Europa como en Estados Unidos. Pero en rigor, **en América Latina, el nuevo ciclo de acción colectiva, que señala una progresiva acumulación de las luchas contra las reformas neoliberales, arranca en el año 2000**, con la Guerra del Agua, en Cochabamba, y tuvo sus momentos de inflexión tanto en Argentina, en diciembre de 2001, Ecuador, en 2005, nuevamente Bolivia en 2003 y 2006, entre otros. (SVAMPA, 2010, p. 41, grifo nosso).

Precisamente, esse ponto de inflexão se dá a partir da aplicação das “regras” que o Consenso de Washington, desde o início da década de 1990, tenta impor sobre os chamados “países em desenvolvimento”, visando que as instituições financeiras vinculadas a este consenso possam ter controle sobre os territórios e permitam-se expandir e sentar as bases da globalização neoliberal.

Também se faz importante mencionar que nos anos finais da década de 1990, a implementação do Consenso das Commodities<sup>3</sup>, o qual “conlleve la profundización de la dinámica de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios y produce nuevas y peligrosas formas de dependencia y dominación” (SVAMPA, 2013, p. 32), vai ser outro ponto de inflexão e inspiração para a reorganização teórico-política e prática dos movimentos sociais em sua luta contra o avanço do neoliberalismo.

[...] desde o ano 2000, a disputa pelo território tem tido outras inflexões, a partir de **novas modalidades adotadas pela lógica do capital nos espaços considerados estratégicos** devido à presença de

---

<sup>3</sup> Dito consenso está “basado en la exportación de bienes primarios en gran escala” (SVAMPA, 2013, p. 30).

recursos naturais. Nesse sentido, os mega projetos extrativos [...] podem ser pensados como um exemplo paradigmático em que se vai gerando uma “tensão de territorialidades” (Porto-Gonçalves, 2001), por meio da implantação de uma visão dominante da territorialidade que se apresenta como excludente das demais visões existentes – ou potencialmente existentes” (SVAMPA, 2019, p. 56, grifo nosso).

No combate dessas novas/velhas lógicas que o capital desenvolve na *nuestra América / Abya Ayala*, podem-se identificar quatro matrizes político-ideológicas no campo contestatário latino-americano (SVAMPA, 2010; 2019):

Quadro 01: Matrizes político – ideológicas segundo Svampa (2010; 2019)

<b>Camponesa-indígena comunitária</b>	Dentro do marco da memória longa, fundamenta-se na resistência ancestral, direitos coletivos e o poder comunal dos povos indígenas
<b>Populista ou nacional popular</b>	Dentro de um marco da memória mediana, fundamenta-se na ideia de afirmar a nação, ter um Estado redistributivo e conciliador e a presença de uma liderança das massas
<b>Classista ou tradicional partidária</b>	Instala-se também no marco da memória mediana, fundamentada nas diversas vertentes do marxismo, ancorada no antagonismo da classe trabalhadora ao capital
<b>Narrativa autonomista</b>	Fundamenta-se na ideia da autonomia, da horizontalidade e da democratização das organizações

Fonte: Baseado nos textos da Maristella Svampa de 2010 e 2019. Elaboração: Autores

Das quatro matrizes apresentadas no quadro de acima, tanto a matriz camponesa-indígena comunitária, como a narrativa autonomista, tem tido a maior influência nos novos modelos de militância construídos desde a lógica de composição de grupos por afini-

dades coletivas (SVAMPA, 2019), assim como, no quadruple flanco de luta dos movimentos sociais: da política, da autonomia, pelo território e pela vida. Outro fator característico que permite distinguir que os movimentos sociais na *nuestra América / Abya Ayala* têm evoluído a partir dos acúmulos de experiências das outras matrizes, é o fator da ancestralidade e do território como bases fundamentais para espacializar sua luta.

Distinta de outras matrizes economicistas, partidária e/ou classista, a matriz camponesa-indígena autonomista, tem no território um espaço de re-produção de vidas, epistemes, sentipensares (FALLS BORDA, 2009) e economias alternas e autônomas. Para esta matriz, o território tem passado, presente e futuro no horizonte de vida.

Quando pensamos em território, não estamos falando de um quadrado ou de uma demarcação com determinado aspecto. Estamos falando de um lugar cheio de símbolos de pertencimento alicerçados na abundância da vida. É o que chamamos *para além da cerca*. Então, não basta que alguém conceda terra como hoje fazem mediante a distribuição de títulos individuais, que depois serão comprados pelo agronegócio, para depois essa terra se converter em máquina de destruição de vidas. O que queremos são territórios, lugares com vida, com comunidade, onde rios, matas, animais, poços, nascentes, tudo possa ser respeitado e cuidado. (FERREIRA; FELÍCIO; 2021; p. 43 -44. grifo do autor).

Desta forma, é visível compreender que o giro além de territorial é também epistêmico, pois se aprofunda o sentido que o território tem na luta contra o avanço do capital e a sua globalização neoliberal. A luta pelo território é uma luta que vai além de um espaço de (re)produção, é uma “lucha por un determinado horizonte

de sentido para la vida con la tierra, finalmente, como territorio.” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 54). Assim, a matriz camponesa-indígena comunitária autonomista, ascende no espectro das lutas socioterritoriais no *Abya Ayala* como a saída e estratégia político-teórica de r-existência territorial.

Sobre este giro epistêmico do significado do território, geógrafos como Rogério Haesbaert (2020; 2021) vem refletindo desde a compreensão do território como um conglomerado de multiterritorialidades em convivência e disputas. O autor amplia o debate e alerta sobre a necessidade de pensar os territórios em diferentes escalas e dimensões, considerando as reivindicações que desde os povos indígenas e os movimentos sociais vem-se construindo:

El territorio, como espacio focalizado a partir de relaciones de poder, sea de dominación o de apropiación (en los términos de Lefebvre) manifiesta hoy un sentido multiescalar y multidimensional que sólo puede ser debidamente aprehendido dentro de una concepción de multiplicidad, tanto desde la perspectiva de la convivencia de múltiples (tipos) de territorio, como de la construcción efectiva de la multiterritorialidad. Toda acción que se pretenda transformadora, hoy en día, necesita obligatoriamente, encarar esta cuestión: por más que el des-orden capitalista pretenda uniformizar nuestros espacios, si no trabajamos con la multiplicidad de nuestras territorializaciones no se promoverá ninguna transformación efectiva. **Que lo digan los movimientos contra el neoliberalismo y por una otra globalización.** (HAESBAERT, 2020, p. 92, grifo nosso)

Vale notar a distinção que o autor faz entre território como categoria de análise e como categoria de prática. O primeiro é mais focado “en las relaciones espacio-poder” (2020, p. 57), onde o território tem vínculos com as relações de poder explícito (dominação) e



implícito (simbólico) que ocorrem no espaço. Já o segundo, tem um vínculo ao uso que os atores, especialmente “movimientos sociales de grupos subalternos” (2020, p. 57) fazem disso como forma de apropriação, expressão e construção de “territorialidades alternativas, en las que la concepción de territorio es reelaborada a partir de sus propias experiencias” (2020, p. 66).

Nesta linha de raciocínio, Porto-Gonçalves analisa as lutas e resistências das populações tradicionais e dos movimentos sociais como uma potência territorializadora e reivindicadora da terra-território a partir da sua conceitualização da “r-existência” como estratégia e arma política ante a expansão do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. No capítulo do livro “Lucha por la tierra. Lucha por la *Tierra*” de 2017, o autor nos chama a aprofundar no debate da r-existência desde e com “los de abajo”:

[...] los quilombos, palenques y cumbes, van a servir como bastiones de r-existencia; es decir, una resistencia que no es simplemente una reacción al invasor, sino una forma de r-existencia porque incorporan nuevos horizontes de sentidos propios reinventados en las circunstancias. **Resisten porque existen; por tanto, r-existen.** (2017, p. 63-64, grifo nosso)

Desta forma, para explorar a potência teórica-política que o território e a r-existência têm, Svampa debate sobre a necessidade de compreender, em primeiro lugar, o poder que o território ganhou como um “conceito social total” (2019, p. 55), já que a partir disso é possível ver as posições que os diferentes atores socioterritoriais assumem ao confrontar as territorialidades.

**Território e territorialidade são conceitos controversos**, pois não apenas aparecem nas narrativas

das organizações indígenas e dos movimentos socioambientais, mas também no discurso de corporações, de gestores de políticas públicas e do poder político de modo geral, em diferentes escalas e níveis. (SVAMPA, 2019, p. 55, grifo nosso).

Nesse sentido, e em diálogo direto com Haesbaert, Svampa (2019) entende a territorialidade como a forma de poder, controle, dominação e/ou apropriação de um território, por um agente de ocupação territorial. No entanto, e como ela própria reflete, dependerá de quem é esse “agente de ocupação” para conhecer o modelo de (re)produção que se dará num determinado território.

Desse modo, e no meio do que significou a “*marea rosa*” ou propagação de governos progressistas no início da década de 2000, as lutas socioambientais na *nuestra América / Abya Ayala*, lançaram “as bases de uma linguagem comum de valorização da territorialidade, que podemos denominar de **giro ecoterritorial**” (SVAMPA, 2019, p. 62, grifo nosso). Este giro ecoterritorial em direção ao meio ambiente nas lutas territoriais é fruto da matriz indígena-camponesa e autonomista, que incorpora também as lutas de mulheres indígenas, camponesas, negras e periféricas, que estabelecem uma relação estreita entre o corpo-terra-território e ações coletivas articuladas, como Svampa (2019, p.65) assinala:

[...] os diferentes movimentos e organizações elaboram diagnósticos comuns, expandem a plataforma discursiva, que ultrapassa a problemática local e nacional, e diversificam as estratégias de luta combinando a mobilização de base e articulação de redes sociais com a geração e ampliação de diferentes instrumentos técnicos e legais [...].

O giro ecoterritorial é o marco para entender como as dinâmicas territoriais e os movimentos sociais, à luz de um novo século,

começam a se diversificar e se complexificar tanto em suas ações externas quanto em suas configurações internas. Há um novo protagonista coletivo que lutará contra um capitalismo moderno/colonial que busca incessantemente expandir suas fronteiras extrativistas e de acumulação. Esta nova protagonista, ainda mais, colocará a luta para uma escala de análise e práxis mais detalhada e diária, que é o corpo, corpo das mulheres que na pele sentem e experimentam as violências do Estado capitalista que mutila territórios, ambientes e corpos.

Assim, como forma de reforçar o enfoque da potência feminista (GAGO, 2020) popular ou comunitária nas lutas socioambientais que na *nuestra América / Abya Ayala* vem se configurando, propomos que o conceito de giro ecoterritorial seja ampliado e incorpore o corpo como a sua escala primária, falando assim de um giro eco-corpo-territorial, que nos últimos quinze anos vem se afirmando como o “novo” caminho que os movimentos sociais vêm seguindo.

Las **mujeres siempre** han estado en la **línea de frente** de estas defensas. Como las mayores responsables del trabajo de cuidado de los demás y de la naturaleza, y como las **principales inventoras de formas de mantener la vida**, sus apuestas políticas siempre estuvieron dirigidas hacia el mantenimiento de los territorios colectivos, de las economías de los pueblos y de otra relación con la naturaleza. (LOBO, 2021, p. 25, grifo nosso)

### **Corpo-Território: propondo uma gramática para os movimentos sociais**

Nas últimas duas seções, realizamos um percurso em que partimos da concepção tradicional de Movimentos Sociais, essencialmente marxista e ancorada principalmente nas lutas de classe ur-

bano-industriais (os Velhos Movimentos Sociais); saltamos para leituras mais estendidas dos movimentos sociais, a partir do novo caráter cultural e identitário que as mobilizações sociais foram tomando a partir da década de 1960 (os Novos Movimentos Sociais); e alcançamos as contribuições latino-americanas para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneas, que partem de uma abordagem territorial, a partir de uma linguagem de matriz indígena-comunitária, autonômica, ambientalista e feminista (SVAMPA, 2019). Alcançamos, assim, o giro eco-corpo-territorial.

Nesta seção final, pretendemos evidenciar como a ideia do corpo-território, que surge a partir da luta de mulheres contra o extrativismo na Guatemala, tem uma forte potência prática e analítica para realizar leituras ampliadas (e feministas!) sobre os movimentos sociais. Prática, no sentido de que a articulação entre corpo, terra e território já vem sendo acionada historicamente por diversas frentes de movimentos contestatórios rurais, e o próprio enunciado surge da luta política encorpada de mulheres em seus territórios. E analítica, no sentido de que no núcleo epistêmico do corpo-território circundam elementos que possibilitam novas leituras geográficas acerca dos movimentos sociais.

A relação corpo-terra-território já é conhecida de longa data por aqueles que lutam pela defesa de seus territórios. Por exemplo, em 2019, a carta pública da I Marcha Nacional das Mulheres Indígenas afirmava que “o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado. *O território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito*” (MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS, 2019, n.p.). De forma similar, em 2021, no Manifesto Mulheres na luta pela Vida, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), constava que “a democracia não é real para todas en-

quanto não pudermos decidir com autonomia sobre nossos corpos, territórios e vidas!” (MST, 2021, n.p.).

A própria gênese do conceito também surge da prática de movimentos sociais latino-americanos. Segundo Falquet (2022), o corpo-território foi mobilizado pela primeira vez na Guatemala em 2007, como um *slogan*, com forte influência do feminismo comunitário, contra as mineradoras transnacionais que exploravam o território guatemalteco. No início dos anos 2000, o feminismo comunitário ganhava muita força nas organizações indígenas da Guatemala, sendo considerado, no âmbito das novas gramáticas de luta que vêm surgindo na América Latina, “uma das expressões mais ricas e inovadoras do feminismo latino-americano, do movimento indígena e das lutas ambientais” (FALQUET, 2022, p. 157).

Trata-se de uma proposta epistemológica que surge em 2003 por indígenas xinka guatemaltecas organizadas por diferentes questões de direitos humanos, desde a “revitalização da identidade étnica de seu povo, se dedicando à defesa do território ancestral contra os grandes proprietários de terra, as culturas OGM e o extrativismo minero transnacional” (FALQUET, 2022, p. 157), até o combate contra os feminicídios e a violência sexual cometida contra mulheres em suas comunidades indígenas (FALQUET, 2022, p. 157).

Diante da dupla necessidade de defesa de seu corpo – contra a violência de gênero e a violência extrativa –, essas mulheres indígenas xincas passaram a forjar a noção do corpo-território, em que o corpo é o primeiro território, e o território é comunitário, como um corpo expandido. Sobre essa leitura, Gago (2019) afirma que o corpo-território é um conceito que “desliberaliza a noção de corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política,

produtiva e epistêmica do corpo enquanto território” (GAGO, 2019, p. 107). Além disso, a autora assume a incompletude dos corpos, ao afirmar que os corpos nunca existem isoladamente, mas sempre “com outros [corpos] e com outras formas não humanas” (GAGO, 2019, p. 107).

Existia, segundo Lorena Cabnal, uma de suas precursoras, um entendimento de que o enunciado se referia a um processo de *sanación* dos corpos das mulheres violentadas pelo extrativismo, em um ato coletivo e cuidadoso de recuperação consciente de seus corpos. Assim, a “recuperação e a defesa do território-corpo e do território-Terra” (CABNAL, 2010, p. 23) se tornaram rapidamente o lema do feminismo comunitário na região. O que o feminismo comunitário propôs, ao trazer o corpo para a escala de análise, foi evidenciar o elo existente entre as violências patriarcais, coloniais, racistas e capitalistas-neoliberais.

Trazer a escala do corpo — usualmente pouco trabalhada pela Geografia — para o debate sobre os movimentos sociais configura um grande passo no sentido de incorporar novos léxicos para o discurso contestatório da r-existência. Os registros acima, relacionando o *corpo* com a terra e o território, visibilizam os vínculos ontológicos que existem na tríade corpo-terra-território. Mais do que isso, conferem uma perspectiva comunitária ao discurso e concebem o corpo enquanto espaço geográfico.

No âmbito do giro eco-corpo-territorial, que incorpora as gramáticas do comum, o renovado pensamento ambiental latino-americano, os vínculos entre território-corpo-terra e o extrativismo ampliado (que será debatido a seguir), podemos conceber o corpo-território como um “conceito político que evidencia como a exploração de territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos,

camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação” (GAGO, 2019, p. 207).

Nesse sentido, para compreender como a relação entre corpo-território e movimentos sociais pode ser fértil para a Geografia, temos que assumir alguns princípios que permeiam o núcleo epistêmico desta categoria. Como vimos, o corpo-território é uma ideia-força que surge no intuito de, por um lado, denunciar como se estrutura a exploração de territórios e bens comuns, além dos corpos femininos, sob o neoextrativismo, e, por outro, de promover uma recuperação consciente do nosso próprio corpo. Existe, então, um compromisso do enunciado com: I) a (re)apropriação da escala do corpo; II) a visibilização do trabalho reprodutivo; III) a luta contra a mercantilização da natureza e a privatização dos bens comuns; e IV) as práticas comunitárias. Não abordaremos exaustivamente cada um dos pontos, mas passaremos rapidamente por cada um deles para compreendermos a importância desses princípios.

Sobre a (re)apropriação da escala do corpo, no âmbito dos Movimentos Sociais, pode-se pensar em um movimento de des-abstração. Isto é, que o movimento não seja concebido enquanto uma homogeneidade, uma instituição, ou um dado estatístico, mas como um conjunto de corpos que compartilham afetações, que de fato sentem dores e se organizam por uma questão em comum.

Quanto ao trabalho reprodutivo, nos referimos a um deslocamento do eixo da produção econômica para o eixo da reprodução social. Assim como a roupagem dos movimentos sociais já vem se transformando e deixando seu caráter essencialmente produtivo, ainda é fundamental que diversos setores assumam a importância do trabalho reprodutivo para a manutenção da vida dos indivíduos e, conseqüentemente, para a reposição da mão de obra capitalista.

Delegado às mulheres pela divisão sexual do trabalho, o conjunto de atividades e responsabilidades não-remuneradas exigidas no cotidiano, desde a alimentação, os cuidados com crianças e idosos, e até a reprodução sexual, sobrecarregam os corpos femininos.

Ou seja, por um lado muitas das frentes de movimentos sociais ainda não valorizam e visibilizam dentro de seus quadros institucionais o trabalho do cuidado que as mulheres exercem, tanto no âmbito doméstico, quanto na organização interna dos movimentos. Por outro lado, por serem sujeitas primárias do trabalho reprodutivo, as mulheres tecem relações mais profundas com a terra e com os recursos comunitários disponíveis em seus territórios, sendo mais comprometidas com a defesa dos mesmos, além de ter uma sensibilidade maior às mudanças empregadas quando estes são privatizados (FEDERICI, 2019).

Por isso, pensar a partir da reprodução social implica diretamente a proteção dos bens comunitários, em oposição à lógica privatista do sistema capitalista neoliberal. Desde os movimentos agroecológicos rurais até as hortas comunitárias urbanas, as mulheres vêm pensando *alternativas* ao nosso sistema que se baseiam no comum e na reprodução social, escanteando a produção econômica. Diante deste exemplo, é importante ressaltar que embora o corpo-território seja um forte enunciado que surgiu em territórios rurais, ele também possui forte potencial de mobilização dentro de movimentos sociais urbanos.

Segundo Gago (2019), em nossa prática social o conceito de extrativismo pode ser concebido através de uma visão ampliada, que demonstra que “o deslocamento da fronteira extrativista se efetua também em relação a outras dinâmicas sociais, políticas e econômicas que não têm apenas a terra e o subsolo como espaço privi-



legiado” (GAGO, 2019, p. 119). Sendo assim, para a autora, a dinâmica extrativa também se faz presente nas cidades, através da especulação imobiliária urbana, da extração da vitalidade das economias populares por meio do endividamento e, inclusive, por meio de projetos de desapropriação urbana.

A noção de extrativismo ampliado nos permite compreender que a violação de corpos individuais e coletivos também é sentida nas cidades, sobretudo com a intensificação da precarização da vida sob a égide do regime neoliberal. Dessa forma, movimentos como o dos Trabalhadores de Aplicativos e os movimentos relacionados com a questão da moradia, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), também podem criar alternativas a partir da proposta do corpo-território.

Logo, seja em territórios urbanos, suburbanos ou camponeses, o corpo-território associa-se com uma crítica à mercantilização da natureza e a privatização dos recursos comuns, que são reflexos da hierarquização moderna que separa o homem da natureza, a tornando submissa a ele. Sendo assim, nossa sociedade se torna cada vez mais privatizada e individualista, inclusive no âmbito dos movimentos sociais, que muitas vezes atuam em intensa desarticulação e desconsideração quanto à natureza.

Trata-se, então, de uma crítica profunda à noção de território enquanto recurso, pois nesses casos os grupos sociais fazem uso do território como abrigo, como possibilitador da reprodução social do grupo. Assim, para que essas lutas possam ser travadas, o comunitário é posto no centro do discurso, despertando novas possibilidades de relações sociais e compromissos mútuos. Nesse sentido, compreendemos que construir relações sociais comunitárias emergem a

partir do trabalho concreto e cooperativo de coletivos humanos auto-organizados, que tecem estratégias para enfrentar problemas e necessidades comuns e, assim, garantir a reprodução social e o sustento (material e espiritual) de uma comunidade (GUTIÉRREZ; TRUJILLO; LINSALATA, 2016, p. 388).

O que expomos aqui não teve como intenção trivializar a noção de corpo-território ou propor que ela possa ser acionada em qualquer contexto. Além de ser ancorada territorialmente, é uma categoria de denúncia do avanço das fronteiras extrativas sobre os territórios e corpos *femininos*, que ajuda a evocar uma *unidade* dentro da multiplicidade de experiências de mulheres na América Latina.

Porém, há uma gramática essencialmente feminina emergindo a partir deste enunciado, que traz ricas interpretações e alternativas para que possamos construir um futuro menos alinhado com o T/terrício e com diversas outras formas de opressão. A própria ideia de T/térrício, proposta por Haesbaert (2022) e alinhada com o corpo-território, é uma forma de denúncia que evidencia, por um lado, “a forma mais brutal de desterritorialização” (HAESBAERT, 2022, p. 11) e exaustão do planeta Terra, e, por outro, a política terrícola de violação contra os povos que, devido à sua ligação íntima com os seus territórios, “vivenciam o território como uma extensão do corpo individual/comunitário” (HAESBAERT, 2022, p. 12).

## Conclusão

Na primeira seção, levantamos o questionamento de Melucci sobre quais são os processos que levam os indivíduos a se envolverem coletivamente em uma ação política (ALONSO, 2009, p. 65).

Uma questão metodológica fundamental para a compreensão dos Movimentos Sociais, e que evidentemente depende do contexto espaço-temporal em que esses sujeitos se organizam. Como defendemos ao longo do artigo, as mudanças sócio-culturais e sócio-espaciais que construíram a nossa sociedade até culminar no *status* atual, promoveram intensas viradas de chave no âmbito dos Movimentos Sociais, em como os concebemos e como eles são construídos internamente.

Tomando como base sua gênese, ancorada em uma perspectiva marxista que nasce no chão da fábrica, perde o seu chão e depois é ancorado territorialmente a partir da luta política de grupos latino-americanos. Isto é, movimentos que eram essencialmente vinculados a um modelo urbano-industrial, que na fase seguinte suprimem a dimensão espacial no contexto da globalização, e resgam, no caso latino-americano, a fundamental base territorial.

Nesse sentido, buscamos evidenciar o giro ecoterritorial que os movimentos contestatórios latino-americanos estão propondo em suas práticas políticas, assim como o fértil vocabulário político que está sendo tecido em *nuestra América / Abya Yala*. Observando a luta organizada de mulheres em seus territórios, adicionamos a esse giro à escala do corpo, propondo que na América Latina está em curso um giro que, além de encarar o território como base reprodutiva e categoria de luta política, também passa a mobilizar o corpo (sobretudo o feminino) como ferramenta para reivindicação.

Atentos a esse movimento e a contribuição que as mulheres vêm tecendo por meio das reivindicações pela defesa do corpo-território, finalizamos o artigo propondo uma leitura histórica sobre a categoria e sobre as formas com que os movimentos sociais contemporâneos podem aprender com essa ideia-força. A reprodução social,

a lógica comunitária e a luta contra a privatização e a espoliação são pistas fundamentais que podem fortalecer o repertório de luta de muitos Movimentos.

## Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76. pp. 49-86, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BARTHOL, Timo. **Por uma Geografia em Movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. **Feminismos diversos**: el feminismo comunitário. ACSUR, p. 11-25, 2010.

CRUZ, Valter do Carmo. Das Lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1, p. 119-176.

FALLS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: CLACSO, 2009.

FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia**: mulheres e a reorganização da violência neoliberal. São Paulo: Sobinfluência Edições, 2022.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Ephasto. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

GAGO, Verónica. **A potência feminista**, ou o desejo de transformar tudo; tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CNH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, SET/DEZ, 2008.

GUTIÉRREZ, Raquel; TRUJILLO, Mina Lorena Navarro; LINSALATA, Lucia. Repensar lo político, pensar lo común: Claves para la

discusión. In: INCLÁN, Daniel; LINSALATA, Lucía; MILLÁN, Mária (cord.). **Modernidades alternativas y nuevo sentido común:** prefiguraciones de una modernidad no capitalista, 2016, p. 377-417.

HAESBAERT, Rogério. **Vivir en el límite:** territorio y multi-territorialidad en tiempos de inseguridad y contención. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2020.

\_\_\_\_\_. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. In. **Geographia**, vol: 22, n. 48, 2020a.

\_\_\_\_\_. A corporificação “natural” do território: do terricídio à multiterritorialidade da Terra. **GEOgraphia**, 2022, v. 23, n. 50.

LANDER, Edgardo. (org) **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2015.

LÊNIN, Vladimir. **O Estado e a revolução:** a doutrina do marxismo sobre o Estado e a tarefa do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017 [1918]

\_\_\_\_\_. **O que fazer?:** questões cadentes de nosso movimento. São Paulo: Boitempo, 2020 [1902]

\_\_\_\_\_. **Quem são os amigos do povo e como lutam contra os socialdemocratas.** São Paulo: Lavrapalavra, 2022 [1894]

LOBO, Natalia. **Las nuevas formas de los viejos mecanismos de apropiación de la naturaleza:** control de cuerpos-tiempos-territorios y política feminista. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2021.

MARCA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Documento final da Marcha das Mulheres Indígenas:** "Território: nosso corpo, nosso espírito". Brasília: CIMI, 2019. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Leonice. (2012). Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, JAN-JUN, p. 7-31.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Minas Gerais: Editora UFMG, 2003.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Manifesto Mulheres na luta pela Vida**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/01/manifesto-mulheres-na-luta-pela-vida/>. Acesso em: 14 maio 2023.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos Sociais. In. BOBBIO, Norberto et al. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, p. 787-792. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Lucha por la tierra. Lucha por la *TIERRA*: ruptura metabólica y reapropiación de la naturaleza. In: ALIMONDA, Héctor et al. (Org.). **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

\_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson Araújo de. (Orgs). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. 1. Ed, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017a.

\_\_\_\_\_. Organização do espaço: objeto de estudo, objeto de desejo. In. LIMONAD, Estes. BARBORA, Jorge Luiz. et al. **Geografias, reflexões conceituais, leituras da ciência geográfica, estudos geográficos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara. **Por uma Sociologia do Presente**: ação, técnica e espaço. Vol. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Um mundo ch'ixi es posible**. Ensayos desde um presente em crisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia Crítica**. 6. Ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. **Meridiano** — Revista de Geografia. n. 2. 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Por uma Geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SPIVAK, Gayatri. (2010) **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. **OneWorld Perspectives**, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. “Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, 2013.

\_\_\_\_\_. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZAVALETA MERCADO, René. **Lo nacional-popular en Bolivia, México**: Siglo xxi Editores, 1986.

ZIBECHI, Raúl. **Movimentos sociais na América Latina: o “mundoutro” em movimento**. Rio de Janeiro: Consequências.

Submetido em: 13 de março de 2023.

Devolvido para revisão em: 17 de junho de 2023.

Aprovado em: 27 de junho de 2023.

FERREIRA OLIVA, V.; PÉREZ, G.; DA ROCHA, Willian S. Dos MOVIMENTOS E DO CORPO-TERRITÓRIO: GRAMÁTICAS ORIGINÁRIAS PARA PENSAR AS GEO-GRÁFIAS NO/DO FEMININO. **Terra Livre**, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2922>. Acesso em: 22 jul. 2023.